

# Pandemia e violência contra a mulher

**Aumento de 22,2% dos casos de feminicídios indica que as meninas e as mulheres brasileiras estão em perigo e precisam da retaguarda do Estado para preservar suas vidas**

A violência contra meninas e mulheres em suas mais diferentes formas tem crescido no Brasil há pelo menos três anos. A última edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de 2019, trouxe três recordes tristes: maior número de estupros e estupro de vulnerável já registrado no país (66.041); maior número de lesões corporais em decorrência de violência doméstica (263.067); e maior número de feminicídios (1.206 vítimas).

Diante desta realidade, vários países passaram a anunciar medidas específicas de combate a violência doméstica em função do incremento dos seus índices durante a pandemia de Covid-19. O Brasil também enfrenta desafio similar, exigindo esforço extra do poder público e da sociedade civil engajada no tema.

A pandemia do novo coronavírus acentuou ainda mais a vulnerabilidade de mulheres em situação de violência doméstica. Além disso, o aumento do desemprego e a inserção precária destas mulheres e seus familiares tornou as condições de vida mais difíceis, uma vez que o aumento do consumo de bebida alcoólica intensificou as respostas violentas, e o confinamento, muitas vezes com os seus agressores, tornou ainda mais difícil para as mulheres denunciarem violências sofridas.

Levantamento produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com dados de 12 Unidades da Federação indicou crescimento de 22,2% nos feminicídios em março e abril de 2020 na comparação com o mesmo período do ano passado, na contramão do que pareciam indicar os registros de agressão e violência sexual lavrados nas delegacias, que caíram sensivelmente neste período. À realidade do cotidiano de violência ao qual estão submetidas meninas e mulheres do país soma-se a importância de inovar, ampliar e aperfeiçoar os canais de escuta, acolhimento e atendimento, para que as respostas do Poder Público não se resumam ao simples registro burocrático dos fatos.

A pandemia traz à tona, mais uma vez, a agenda de enfrentamento à violência de gênero que, embora comum nos discursos, ainda não tem se refletido em mais recursos – financeiros e humanos – para enfrentá-la. É preciso priorizar iniciativas desenvolvidas recentemente pelas organizações do sistema de segurança pública e justiça, tal como o registro de boletim de ocorrência eletrônico que permite o registro do crime e, ainda, a solicitação de medida protetiva de urgência, implantado pela Polícia Civil do Estado de São Paulo. Esta é uma boa prática, que pode ser replicada em outros estados. O mundo pós-pandemia deverá valorizar o contínuo esforço de fazer a rede de atendimento funcionar para que chegue efetivamente a quem precisa.

Nesta semana, o *Fonte Segura* traz uma edição especial voltada a pensar a violência doméstica contra meninas e mulheres. O objetivo é apresentar dados inéditos, aprofundar a análise das múltiplas dimensões associadas ao problema, fomentar a formulação de novas políticas capazes de atuar para mitigar a violência, resgatando milhares de mulheres de uma situação ultrajante e cruel.

## Estado de atenção

No último domingo, dia 31/05, várias manifestações pró e contra o atual governo foram realizadas no país, em mais um capítulo da escalada de tensões e riscos de ruptura institucional que têm sido abertamente discutidas. Porém, o que merece ser destacado é que, como já antecipado em edições anteriores do *Fonte Segura*, as polícias militares foram tragadas para o olho do furacão da crise política. As polícias ressurgem como protagonistas que podem contribuir tanto para a solução constitucional de garantia da ordem social democrática quanto, muito preocupante, para insuflar rupturas e respostas violentas.

Neste momento, o *Fonte Segura* reforça os alertas feitos para a adoção de mecanismos de valorização profissional dos policiais e a separação absoluta entre polícia e política, duas dimensões fundamentais da vida pública de qualquer país. As polícias brasileiras não contam com salvaguardas institucionais que as protejam de interesses político-partidários e não há regras de quarentena para que os policiais possam ser candidatos a cargos eletivos, por exemplo. Isso provoca uma perversa autonomização das instituições e recoloca o risco da perda de controle daquela que é, na prática, a única instituição que pode impor a ordem no território nacional em tempos de paz.

As estruturas policiais precisam estar preparadas para, ao mesmo tempo, garantir os direitos dos policiais e resistir às cooptações e projetos políticos de Poder. Se o bolsonarismo encontra forte eco entre os policiais, eles não podem adotá-lo como referência para a definição do que é legal ou ilegal; do merece ou não a atenção das polícias. Reiteramos a necessidade de as polícias brasileiras manterem neutralidade político-institucional do debate ideológico para que possam atuar nos estritos termos da legislação, seguindo as boas práticas nacionais e internacionais. Valorizar as polícias implica em fortalecer as estruturas que garantem a atividade policial de forma eficiente e efetiva e, ainda, blindá-las dos cantos das sereias que os políticos, mesmo que oriundos das forças policiais, ecoam.

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f-4ydkp-m2v-jvuuv>

